

## **O PROJETO DE EXTENSÃO DISSEMINANDO DIREITOS E SERVIÇOS SOCIAIS: a**

possibilidade de intervenção nas dimensões pedagógicas e assistenciais do exercício profissional do assistente social

***THE EXTENSION PROJECT SPREADING rights and  
SOCIAL SERVICES: the possibility of intervention in  
pedagogical and social dimensions of professional  
practice of social worker***

Aline Pamela de Lima Santiago<sup>1</sup>

Fernanda Ventura Pereira de Oliveira<sup>2</sup>

Juliana Reis Lobat<sup>3</sup>

Rafaela Gonçalves Dias da Silva<sup>4</sup>

**RESUMO:** Partindo da educação como campo de atuação profissional o assistente social lida no seu cotidiano de trabalho com um leque bastante diversificado de demandas sociais postas pelos usuários. O Projeto de Extensão busca enfrentar algumas destas questões através de atividades na forma de oficinas e capacitações de modo que se potencialize não apenas a exposição de dúvidas, mas também o debate e a reflexão sobre direitos e serviços sociais e as formas de acessá-los. Todos os temas contemplados estão em consonância com os direitos constitucionais e presentes nas diferentes

---

<sup>1</sup>Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(2013) e especialização em EGeS Especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro(2016). Atualmente é Assistente Social do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

<sup>2</sup>Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).

<sup>3</sup>Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019).

<sup>4</sup>Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014) e Pós-graduação *Lato Sensu em Políticas Sociais* pela Universidade do Grande Rio (2017).

esferas da vida desses usuários.

**Palavras-chave:** projeto de extensão; serviço social; direitos sociais; educação.

**ABSTRACT:** *From the education field professional social workers deal in your daily work with a very diverse range of social demands made by students and their families. This extension project seeks to tackle some of these issues through activities in the form of workshops and training to enhance not only the exhibition questions, but also the debate and reflection on the rights and social services and ways to access them. All topics covered are in line with the constitutional rights and present in different spheres of life of these users.*

**Keywords:** *extension project; social service; social rights; education.*

## INTRODUÇÃO

O projeto a ser tratado neste artigo é desenvolvido no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), especificamente no campus sede do Maracanã. O Serviço Social está presente em três setores distintos, a saber: CAE (Coordenadoria de Assistência Estudantil), DASPE (Divisão de Atenção à Saúde e Perícias) e DIAPE (Divisão de Apoio Pedagógico). A atuação profissional, portanto, difere nestes três setores, assim como parte de seus usuários. Todavia, a partir de uma articulação contínua dos assistentes sociais desta Instituição surge a necessidade comum de realizar uma intervenção em que temas ligados aos direitos sociais sejam contemplados de forma que todos os usuários estejam imbricados e que possam participar conjuntamente desta ação.

Desta forma, o Projeto de Extensão Disseminando Direitos e Serviços Sociais (PEDDSS) é criado no ano de 2016, alinhado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996) – que indica como incumbência dos

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

estabelecimentos de ensino “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” – visando à aproximação da comunidade e, principalmente, dos familiares ao CEFET/RJ, a partir da promoção de debates acerca de direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 e as distintas formas de acessá-los.

O PEDDSS possui dois objetivos centrais que, conseqüentemente, acarretam duas frentes de intervenção: uma *assistencial* e outra *pedagógica*. O primeiro objetivo busca levar informações sobre direitos sociais a alunos, aos responsáveis e a comunidade externa para que possam acessá-los, tendo caráter, portanto, assistencial, visto que contribui na realidade cotidiana dos mesmos e de seus conhecidos seja através de melhorias nas suas condições objetivas de vida e/ou no seu desenvolvimento escolar; o segundo objetivo, que leva a uma frente mais pedagógica, é a de subsidiar equipes de Serviço Social que também atuam no âmbito educacional, no sentido de se capacitar e instrumentalizar buscando promover ações semelhantes a partir de suas particularidades institucionais.

## **1. BREVE HISTÓRICO DO PEDDSS**

A ideia do projeto surgiu a partir de percepções sobre os atendimentos dos profissionais de Serviço Social do CEFET/RJ. Durante essas intervenções, que eram feitas aos alunos, seus familiares e trabalhadores, observou-se que era muito significativo o número de pessoas que desconhecia direitos e serviços disponíveis na sociedade. Porém, a complexidade do atendimento muitas vezes não permitia um reforço na conscientização das informações passadas nem uma problematização sobre pontos mais específicos. Percebeu-se também que muitas demandas *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

eram compartilhadas por um grupo grande dentre esses usuários e que não se tratava somente de falta da informação em si, mas também da quebra de paradigmas sobre determinadas questões. Pensou-se então em elaborar atividades com esse público de uma forma coletiva, para além dos atendimentos em si. O objetivo era reforçar a ideia de direito (onde se retira a ideia de uma mera “filantropia” e como obrigação do Estado) e debater sobre os serviços disponíveis, dando informações e tratando-as de uma forma crítica.

Por outro lado, os profissionais de Serviço Social<sup>5</sup> também não se sentiam totalmente capacitados para gerar informações e reflexões sobre todos os possíveis aspectos que surgiriam sobre cada temática. Nesse sentido, pensaram na necessidade de organizar minicursos de capacitação para que os profissionais da área pudessem ter maior conhecimento sobre os temas que seriam tratados nos encontros com os usuários. Dessa inquietude nasce o PEDDSS que passa a existir em 2016 sendo executado/planejado por assistentes sociais, estagiários de Serviço Social e alunos do campus Maracanã do CEFET/RJ.

Foi debatida, então, a metodologia das atividades, tanto as capacitações dos assistentes sociais quanto às atividades com os alunos e seus familiares. As capacitações são organizadas pelos profissionais do Serviço Social do CEFET/RJ convidando profissionais

---

<sup>5</sup>Cabe destacar que o presente projeto de extensão além de compor como seus integrantes, as autoras deste trabalho, conta também com a participação dos profissionais de serviço social Jonatas Lima Valle e Rhossane Pereira da Silva, atuantes no Cefet/Rj-Maracanã, as estagiárias de serviço social Mariana Lopes e Beatriz Almeida e a aluna do Cefet/Rj-Maracanã Evelyn Nunes como bolsista do projeto em 2017.

atuantes da área a ser explorada (assistentes sociais ou outros) a fim de tirar dúvidas sobre tal tema e fazendo um curso expositivo sobre. Essa capacitação é aberta a profissionais e estagiários de Serviço Social de quaisquer instituições com inscrição prévia através do PEDDSS. Ao final, são fornecidos certificados de participação da capacitação.

Já as atividades com alunos, familiares e demais participantes da comunidade interna e externa da Instituição são realizadas por meio de oficinas sobre as temáticas mais comuns e com maior necessidade de informação observadas, como dito, durante os atendimentos do Serviço Social. No decorrer desses atendimentos, inclusive, se indica a participação nas oficinas de acordo com a necessidade de cada usuário. A proposta de fazer outras atividades que não somente oficinas existe, todavia ainda não foi feita, o que não impede a sua futura realização.

Atualmente já foram feitas oficinas com os seguintes eixos temáticos: Assistência Estudantil, explicando à comunidade do CEFET/RJ o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e como a instituição o implementa, tendo como público alvo alunos de todos os turnos do técnico e do ensino superior da instituição; Assistência Social, debatendo os direitos assistenciais e as formas para acessá-los; e Previdência Social, explicando os principais benefícios previdenciários vigentes e as alternativas de vinculação previdenciária para trabalhadores autônomos e desempregados, com a presença de alunos e responsáveis nesta condição. Já no que se refere a outra frente de intervenção do Projeto foram realizadas capacitações com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.***

## **2. SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS E DAS DEMANDAS DOS ALUNOS**

Tomando a realização do Projeto Profissional como uma das prioridades para o trabalho do assistente social, entra em cena a relação do profissional com os seus usuários. Na Assistência Estudantil essa relação se dá, na maioria das vezes, durante o processo seletivo das bolsas de auxílio que, de maneira geral, objetivam amparar a permanência do aluno na instituição.

É no período das avaliações socioeconômicas – parte integrante da referida seleção - que o assistente social apreende um pouco mais a realidade familiar na qual o aluno está inserido. Momento em que demandas implícitas e explícitas são levantadas para serem trabalhadas junto aos alunos e seus familiares (independente da concessão do benefício), as quais influenciarão – tanto quanto ou para além do recebimento da bolsa – na melhoria de vida do aluno e de sua família, seja evitando a retenção e a evasão escolar, seja na melhoria das condições daquele núcleo familiar no qual o aluno está inserido.

Foi então através destes atendimentos individuais que o Serviço Social identificou que eram recorrentes situações em que membros da família dos alunos: 1) estivessem fora do mercado de trabalho, sem atividade remunerada ou em trabalho informal e, desta forma, não possuíam vínculos previdenciários; 2) desconhecem os programas sociais como o Programa Bolsa Família e tantos outros, bem como as formas de acessá-los – ainda que fossem potenciais usuários; 3) ausência de suporte afetivo e/ou material geralmente em relação à figura paterna.

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

Ao observar o surgimento dessas demandas, o Serviço Social a partir da sistematização de sua prática, começou a pensar em formas de respondê-las. Isso porque a sistematização da prática também se configura como uma estratégia de trabalho do Serviço Social na medida em que possibilita *“uma reflexão contínua de suas respostas sócio- institucionais em suas relações de determinação com a dinâmica do ser social”* (ALMEIDA, 2006, p.8). Isto é, permite a compreensão do trabalho profissional a partir das relações sociais que circunscrevem a sua intervenção levando sempre a uma reflexão teórica sobre o fazer profissional.

Fazendo um levantamento dos dados tendo como base o ano de 2017, por exemplo, cerca de 30,3% do público atendido precisava receber informações sobre Assistência Social enquanto 34% sobre previdência social. Ou seja, em quase 65% dos atendimentos os assistentes sociais precisam orientar sobre esses assuntos. É importante deixar claro que a sistematização da prática não diz respeito apenas ao acúmulo de dados e informações, mas a um processo que abrange segundo Almeida (2006) a produção, organização e análise desses dados sempre através de uma postura crítico-investigativa.

E é a partir da sistematização da prática com esse viés crítico-reflexivo que o Serviço Social busca na Instituição, através das informações coletadas junto aos usuários e com os demais profissionais assistentes sociais, criar novas alternativas de intervenção e de enfrentamento às questões sociais postas pelos usuários. Por essa razão que, ao levantar essas demandas no campo individual, o serviço social começou a trabalhá-las de forma coletiva, em atividades intituladas como *“oficinas”*. Nelas, as temáticas são apresentadas, discutidas e problematizadas junto a pequenos grupos de alunos, responsáveis e demais

familiares, potencializando-as, uma vez que objetivam difundir o conhecimento e orientá-los quanto a perspectiva de direito e as formas de alcançá-los.

3. **A DIMENSÃO PEDAGÓGICA E ASSISTENCIAL:** quando o exercício profissional através do PEDDSS favorece as potencialidades do grupo enquanto a criação da consciência de classe universal e do acesso aos direitos

No que tange ao exercício de grupos junto a alunos, responsáveis e, eventualmente, à comunidade externa, o PEDDSS expressa as duas funções típicas do assistente social: **pedagógica** e **assistencial**. A primeira é responsável por incidir sobre a consciência deste “público-alvo”, na **tentativa** de moldar as formas “de ver, de agir, de se comportar e de sentir” (IAMAMOTO, 2007, p. 40).

E consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão de ideologia na organização da cultura [...] constituindo formas de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida, em que a formação de subjetividades e normas de conduta são elementos moleculares (ABREU, 2002, p. 30).

A segunda visa orientar sobre direitos para seus usuários de maneira a instrumentalizá-los para fins de acesso a condições de vida relativamente melhores.

Por exemplo, ao adquirir informações sobre Previdência Social, o usuário que se enquadra nesse perfil, após obter vínculo previdenciário (lembrando que é uma Política que precede contribuição), fica assegurado em

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*



alguns casos. Podendo acessar um seguro desemprego, auxílio doença, ou aposentadoria; além de benefícios para seus dependentes como pensão por morte; além de outros benefícios. Nesse sentido, tanto a pessoa vinculada à previdência, quanto seus dependentes, ficam passíveis de inclusão em benefícios em casos de fatalidade ou tempo de contribuição.

No caso da Assistência Social o usuário e sua família podem acessar benefícios que vão amenizar questões sociais, lembrando que seu objetivo é a proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos. Nesta Política estes podem acessar programas sociais como isenção em concurso público, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, entre outros. Benefícios que vão auxiliar os gastos familiares, além da inclusão em outras políticas sociais, como, por exemplo, a Habitação, Saúde e Educação.

Já a Assistência Estudantil ajuda a viabilizar a igualdade de oportunidades no campo da Política de Educação contribuindo com a melhoria de desempenho acadêmico e prevenindo a retenção e evasão escolar para alunos com dificuldades financeiras. Lembrando que muitos desses estudantes possuem obstáculos para se manter na instituição de ensino e muitas vezes precisando entrar no mercado de trabalho mesmo somando isso aos estudos. A Política Nacional de Assistência Estudantil é composta por várias frentes como: auxílio à alimentação, transporte e habitação, todas visando à permanência dos alunos na vida escolar e acadêmica.

Além dessas políticas, outras também serão tratadas no decorrer do PEDDSS. Essas até o presente momento foram as com maior demanda, mas muitas outras frentes já foram pensadas.

O assistente social é um profissional qualificado que, numa mesma ação, articula duas dimensões numa só unidade complexa:

- enfrenta, com recursos e capacidade técnica, a solução de problemas sociais;
- dialeticamente articulado a esta atividade material, o assistente social realiza a educação social dos setores nela envolvidos. Estas duas dimensões se definem reciprocamente; não se pode analisar concretamente uma delas sem a referência à relação, concreta em cada caso, que a vincula à outra (PALMA, 1993, p. 168).

Para além do aspecto “informativo” inerente à função pedagógica, também gostaríamos de sinalizar a nossa atenção ao aspecto “reflexivo” que compõe o mesmo processo pedagógico desta experiência. Trata-se do reconhecimento da relação que os debates estabelecidos nessas atividades grupais estabelecem com a questão da hegemonia na sociedade burguesa.

Para tanto, consideramos o debate sobre os aparelhos de hegemonia para a reprodução da sociedade em Gramsci e as contribuições críticas de Paulo Freire com a finalidade de estabelecer canais de fortalecimento de uma contra-hegemônia. O que, na análise dos participantes do PEDDSS seria fomentado a partir de uma prática pedagógica que, partindo das necessidades do próprio público usuário, busca estratégias de instigar, junto ao seu público-alvo, um olhar crítico sobre a realidade que este se insere, mostrando-o sua capacidade de intervir nela. Isso porque, em nosso entendimento, não basta que o direito esteja estabelecido formalmente, é preciso que os indivíduos que o portem compreendam sua relevância de *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

maneira historicizada, ou seja: enquanto uma conquista da classe trabalhadora (e não uma benevolência da classe exploradora), que tanto pode ser ampliada, quanto negada praticamente - por meio de burocratização dos serviços públicos - e/ou retirada – por meio de contrarreformas.

A existência de um direito social não determina que se tenha acesso a ele como tal. O direito existe formalmente, mas dependendo da forma como se usufrui dele, transforma-se num objeto de favor, adoção, constrangimento, troca (...) o acesso a um recurso por um cidadão - um sujeito social-crítico, consciente, é que transforma o direito formal em direito real.” (VASCONCELOS, 1997).

Assim, estimulamos que os usuários conheçam e reivindiquem pelos direitos que possuem, mas, também, que reflitam criticamente para transformar positivamente a realidade – ainda que limitada aos grilhões de uma democracia representativa de uma sociedade capitalista.

Trata-se de uma estratégia que, embora limitada pelo caráter relativo de nossa autonomia profissional, se fundamenta no comprometimento com o projeto ético político profissional e que vem descobrindo nas experiências grupais um campo muito promissor a essas perspectivas. Isso porque temos encontrado relativo êxito nesses espaços que, a partir da fala e escuta entre os membros (por vezes estimuladas pelos componentes do PEDDSS), favorecem o estabelecimento de uma maior assimilação dos aspectos coletivos que se formam entre suas próprias demandas e as do próximo. Desta formas, “as demandas abordadas nos grupos [...] intencionam o diálogo crítico-reflexivo e tendem a relativizar questões que se apresentam mistificadas como individuais, fazendo *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

necessariamente a crítica pela raiz” (MOREIRA, 2014, p. 147).

#### **4. CAPACITAÇÃO ENQUANTO “VIA DE MÃO DUPLA”**

Como já dito, a partir da prática profissional e das reflexões teórico-críticas necessárias ao exercício profissional, o Serviço Social, para além dos atendimentos individualizados e das respostas imediatistas que se colocam no cotidiano, organiza um Projeto de Extensão que tem como objetivo apresentar, debater e conscientizar a comunidade escolar sobre direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 e as distintas formas efetivas de acessá-los.

As oficinas se configuram como a etapa final do processo de produção do Projeto. Todavia, ainda faz parte da metodologia do mesmo a pesquisa voltada para as legislações e para atendimento de serviços públicos com a finalidade de levantar as informações necessárias para a construção das oficinas e de cartilhas informativas que são entregues; o mapeamento da rede de instituições que prestam serviços socioassistenciais; visitas institucionais e reuniões técnicas que procuram a capacitação dos profissionais envolvidos no Projeto. E são, em especial, as capacitações que acabam se tornando um meio de aprimoramento contínuo para os profissionais. É um instrumento de reflexão e aprendizado permanente, permitindo que este Projeto beneficie tanto a comunidade escolar e os familiares como também os profissionais do Serviço Social.

Segundo Guerra (2013) para uma capacitação contínua e em acordo com o Código de Ética Profissional

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

é preciso que a mesma esteja em sintonia com a leitura crítica da realidade, com as tendências e limites impostos pelo mercado de trabalho dentro de um contexto de contrarreforma do Estado. O PEDDSS permite a articulação, como proposto pela mesma autora, da dimensão formativa e interventiva – “*ambas se refletem uma na outra na direção de conhecer, elaborar respostas e responder aos desafios sócio profissionais e políticos*” (GUERRA, 2013, p. 129). A autora vai além e afirma que o aprimoramento intelectual incide diretamente na qualidade dos serviços prestados à população usuária, fazendo-se necessário a criação de espaços que potencializam a formação em serviço. O que os assistentes sociais do CEFET/RJ do campus Maracanã estão se propondo a fazer, através do Projeto, é justamente trazer a capacitação, a formação continuada do assistente social para sua própria realidade interventiva, para o seu próprio espaço sócio ocupacional sem, contudo, esquecer a totalidade e criticidade que deve estar presente na intervenção deste profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou retratar, ainda que de forma concisa, a prática profissional dos assistentes sociais do CEFET/RJ do campus Maracanã através do mencionado Projeto de Extensão. O PEDDSS hoje se configura como um potente instrumento de atuação do Serviço Social na Instituição visto que suas ações incidem diretamente nas dimensões assistenciais e pedagógicas do exercício profissional. As oficinas possibilitam um espaço de disseminação de direitos e de reflexões que advém do debate que os temas a eles ligados proporcionam. E as capacitações como um lugar para o aprimoramento *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

intelectual comprometido com os pressupostos éticos da profissão.

Ademais, é importante concluir destacando que o conteúdo abordado nas atividades não se restringe apenas aos principais serviços e direitos previdenciários, assistenciais e estudantis, mas, inclusive, ao contexto de mudanças, de ajuste fiscal e cortes nos gastos públicos que o país vem vivenciando. É um espaço de fomento de luta, de busca pelo acesso aos direitos sociais, de disseminação de conhecimento de direitos e serviços sociais. Trazendo para o fim deste trabalho a contribuição de Boschetti (2013) que deixa claro que a luta dos direitos sociais no marco da sociedade burguesa capitalista é a luta pela universalização do acesso aos bens e serviços sociais e que a igualdade social não se faz presente nesta mesma sociedade capitalista, o Serviço Social do CEFET/RJ através do PEDDSS busca contribuir para o acesso a esses direitos, pela ampliação e universalização dos mesmos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da “sistematização da prática” em serviço social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*

BRASIL . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BOSCHETTI, I. A Equidade e Justiça Social podem ser alcançadas no capitalismo? In: Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**. 1ed. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013, v. 1, p. 64- 73.

GUERRA, Y. A. D. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In: CRESS 7<sup>a</sup>. Região. (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. 1ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2013, v. 1, p. 123-135.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 8. ed. São Paulo: Cortez. 2007b.

MOREIRA, C. F. N. **O trabalho com grupos em Serviço Social**: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2014.

SIMIONATTO, I. Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFS; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

VASCONCELOS, A. M. Prática reflexiva e serviço social. **Revista em pauta**, n.10, 1997.

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.*